

**INTERSECCIONALIDADE E JUSTIÇA CURRICULAR:
REFLEXÕES INICIAIS DE UM POTENTE DIÁLOGO NA BUSCA PELA
INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NOS INSTITUTOS
FEDERAIS**

**INTERSECTIONALITY AND CURRICULAR JUSTICE:
INITIAL REFLECTIONS OF A POWERFUL DIALOG IN THE SEARCH FOR
INCLUSION IN PHYSICAL EDUCATION CLASSES AT FEDERAL
INSTITUTES**

**INTERSECCIONALIDAD Y JUSTICIA CURRICULAR:
PRIMERAS REFLEXIONES SOBRE UN DIÁLOGO POTENTE EN LA
BÚSQUEDA DE LA INCLUSIÓN EN LAS CLASES DE EDUCACIÓN FÍSICA
EN LOS INSTITUTOS FEDERALES**

Luan Gonçalves Jucá

<https://orcid.org/0000-0002-2242-2779> 

<http://lattes.cnpq.br/3674924419106378> 

Universidade Federal do Vale do São Francisco (Petrolina, PE – Brasil)

luanjucaedf@gmail.com

André Luis do Nascimento Mont Alverne

<https://orcid.org/0000-0001-5866-7914> 

<http://lattes.cnpq.br/7119248630835555> 

Universidade Federal do Vale do São Francisco (Petrolina, PE – Brasil)

andremukasey@outlook.com

Daniel Teixeira Maldonado

<https://orcid.org/0000-0002-0420-6490> 

<http://lattes.cnpq.br/5911977104843227> 

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (São Paulo, SP – Brasil)

danielmaldonado@yahoo.com.br

Resumo

Objetivamos apresentar princípios da interseccionalidade presentes na prática político-pedagógica de professores(as) de Educação Física do Ensino Médio integrado. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de campo e do tipo descritiva. O instrumento utilizado para a produção das informações foi uma entrevista semiestrutura realizada com 11 professores(as) de Educação Física dos Institutos Federais de diferentes regiões brasileiras. O material empírico foi submetido a análise temática. Os resultados foram divididos em dois temas: compreendendo as realidades opressoras a partir da Educação Física escolar: a interseccionalidade como práxis crítica; e interseções de gênero, raça, classe social e deficiência na práxis dos(as) professores(as) de Educação Física nos Institutos Federais. Evidenciamos que os(as) docentes atuam de forma crítica e politizada para que o processo inclusivo possa acontecer na escola, e que direta ou indiretamente discutem os marcadores socioculturais que atravessam as práticas corporais de forma unificada, trazendo princípios da interseccionalidade imersos em sua práxis.

Palavras-chave: Educação Física Escolar; Inclusão; Interseccionalidade; Justiça Curricular; Ensino Médio.

**Abstract**

We aim to present principles of intersectionality present in the political-pedagogical practice of Physical Education teachers in integrated high school. This is qualitative, field and descriptive research. The instrument used to produce the information was a semi-structured interview carried out with 11 Physical Education teachers from Federal Institutes in different Brazilian regions. The empirical material was subjected to thematic analysis. The results were divided into two themes: understanding oppressive realities from school Physical Education: intersectionality as critical praxis; and intersections of gender, race, social class and disability in the practice of Physical Education teachers at Federal Institutes. We evidenced that teachers act in a critical and politicized way so that the inclusive process can happen at school, and that they directly or indirectly discuss the sociocultural markers that cross bodily practices in a unified way, bringing principles of intersectionality immersed in their praxis.

Keywords: School Physical Education; Inclusion; Intersectionality; Curricular Justice; High school.

Resumen

Nuestro objetivo es presentar principios de interseccionalidad presentes en la práctica político-pedagógica de profesores de Educación Física en la enseñanza media integrada. Se trata de una investigación cualitativa, de campo y descriptiva. El instrumento utilizado para producir la información fue una entrevista semiestructurada realizada con 11 profesores de Educación Física de Institutos Federales. El material empírico fue sometido a análisis temático. Los resultados se dividieron en dos temas: comprensión de las realidades opresivas desde la Educación Física escolar: la interseccionalidad como praxis crítica; y las intersecciones de género, raza, clase social y discapacidad en la práctica de los docentes de Educación Física en los Institutos Federales. Evidenciamos que los docentes actúan de manera crítica y politizada para que el proceso inclusivo suceda en la escuela, y que directa o indirectamente discuten de manera unificada los marcadores socioculturales que atraviesan las prácticas corporales, trayendo principios de interseccionalidad inmersos en su praxis.

Palabras clave: Educación Física Escolar; Inclusión; Interseccionalidad; Justicia Curricular; Escuela secundaria.

INTRODUÇÃO

Antes de realizarmos quaisquer discussões, necessitamos entender os motivos pelos quais esses termos, interseccionalidade e justiça curricular, estão sendo utilizados como elementos que nos aproximam das relações de inclusão e justiça social. Ademais, faz-se necessário compreender que esse diálogo se trata de uma primeira aproximação entre essas temáticas e também com a Educação Física escolar, angariando um entendimento ampliado para as relações de inclusão/exclusão.

Destacamos que essa análise pode dar subsídios para a construção de um novo movimento que tensiona as opressões relacionadas aos marcadores socioculturais, afirmando que todos são sujeitos de direitos e que precisam ser reconhecidos perante suas necessidades individuais. Todavia, com o comprometimento de entender que essa necessidade individual é moldada a partir das relações sociais, as ações interseccionais se entrelaçam sob as condições de existência de cada sujeito, compreendendo que as relações de poder que envolvem raça, gênero, sexualidade, deficiência, etnia, religião, classe social, dentre outros, necessitam ser analisadas de maneira unificada.

Nesse sentido, a interseccionalidade percebe os sujeitos de maneira heterogênea, que podem ser explicados por meio de categorias que se interligam com relações de raça, sexualidade, gênero, idade e condições socioeconômicas, que acabam por diferenciar os





indivíduos na sociedade. Assim, alguns grupos sociais se beneficiam desproporcionalmente de renda e riquezas, enquanto as demais populações sofrem dificuldades para ter acesso a bens comuns que deveriam ser acessíveis a todas as pessoas (Collins; Bilge, 2021).

Sob essa conjuntura, destacamos, por exemplo, a falta de segurança do trabalho para pessoas negras, mulheres, jovens, residentes de zonas rurais, que enfrentam adversidades para conseguir empregos seguros. Soma-se a isso, para aqueles(as) que conseguem trabalho, exercem a função em condições precárias, sem a devida remuneração e com longas rotinas laborais. Em relação às questões de saúde, sujeitos que residem em bairros periféricos possuem mais dificuldades de acessarem consultas, exames e medicamentos. No que concerne à educação, podemos pensar em como esse acesso destoa a depender do público a ser atendido, já que grupos como quilombolas, ribeirinhos, indígenas, filhos(as) de agricultores(as) e moradores(as) de periferias, sobretudo, sofrem mais dificuldades para ter condições favoráveis de acesso ao processo educativo (Collins; Bilge, 2021).

Dessa forma, a educação tem papel crucial na construção do entendimento crítico-político dos sujeitos sobre sua realidade, analisando por meio das relações interseccionais as injustiças sociais e curriculares, apontando como que as questões socioeconômicas, de gênero e de raça podem influenciar no projeto de vida das pessoas. Sob essas condições, o acesso à educação torna-se imprescindível para promover a libertação dos povos oprimidos e subalternizados (Hooks, 2019a; Freire, 2021).

Hooks (2019a) afirma a necessidade de romper a barreira do silêncio, para que o(a) explorado(a), o(a) oprimido(a), o(a) colonizado(a) possa lutar coletivamente por uma melhor condição de existência, concebendo uma formação crítico-política nos sistemas de ensino para que esses sujeitos possam erguer a voz na luta contra as violências e desigualdades cotidianas.

Ao contribuir para esse processo de libertação, a justiça curricular propõe que os conhecimentos desse coletivo de sujeitos precisam estar presentes nos currículos escolares, materiais didáticos e principalmente serem problematizados nas práticas político-pedagógicas dos(as) professores(as). Dessa forma, busca-se atribuir poder aos grupos sociais mais desfavorecidos, construindo um espaço de conhecimento mais democrático, equitativo e plural (Torres Santomé, 2013).

Sob essa conjuntura, o contato com os estudos sociais, humanos e artísticos podem subsidiar grupos sociais dominados a se rebelarem a favor de uma sociedade mais democrática. Assim, estas investigações oferecem subsídios para refutar tradições autoritárias,





sexistas, classistas e racistas, que consolidam um espaço de discriminação (Torres Santomé, 2013). Além disso, contribuem para a formação de um número maior de pessoas conscientes que entendam a realidade material opressora ao qual estão submetidos, lutando por uma melhor condição de existência e pela consolidação dos seus direitos na estrutura societária.

Nesse sentido, consideramos que a função da educação é preparar os(as) jovens para atuação na sociedade enquanto cidadãos e cidadãs que reconheçam seus direitos, resolvam problemas por meio do diálogo e cooperação, tenham compromisso ético em prol da diversidade intercultural e que contribuam para efetivação da justiça social (Maldonado; Silva; Martins, 2022; Torres Santomé, 2013). Nesse cenário, o currículo escolar precisa estar alinhado às necessidades atuais de ensino, desconstruindo por meio de seus componentes curriculares estereótipos que envolvem os marcadores socioculturais.

À vista disso, a interseccionalidade apresenta-se como uma possibilidade para a Educação Física escolar, ao compreender as relações sociais e seus atravessamentos. Essa proposta tensiona a concepção de inclusão e de escola inclusiva, ao mostrar que as exclusões ocorrem de maneiras diversas e atingem os sujeitos dentro do espaço escolar com intensidades diferentes a partir da sua condição de existência.

Sendo assim, se torna importante ressaltar que existem poucas produções acadêmicas que envolvem a Educação Física e a interseccionalidade, número ainda menos expressivo se vincularmos com a área escolar, pois observamos apenas três publicações fazendo a intersecção entre essas temáticas com ênfase no contexto educacional (Aquad; Corsino, 2018; Bruno *et al.*, 2022; Venâncio; Corsino, 2022). Isso posto, o objetivo desse estudo foi apresentar princípios da interseccionalidade presentes na prática político-pedagógica de professores(as) de Educação Física do Ensino Médio integrado.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa, de campo e do tipo descritiva. Molina Neto e Molina (2010) ressaltam que a pesquisa qualitativa é constituída para entender o outro e como os sujeitos significam o mundo, descrever e compreender as diversidades de experiências humanas, as particularidades e heterogeneidades culturais dos indivíduos, os pertencimentos e a valorização de suas histórias.

A escolha do método descritivo se deu pela particularidade do objeto de estudo, tendo em vista a necessidade de conhecer o campo de atuação dos(as) professores(as) de





Educação Física para compreender como ocorre o processo de construção de conhecimentos nas aulas desses(as) educadores(as) que possuem características inclusivas, fomentando a participação por meio de diálogos, reflexões e construções coletivas, explorando o pensamento crítico de seus(suas) estudantes no processo de aprendizagem.

Esse estudo é fruto de uma pesquisa maior que propõe apresentar uma perspectiva de inclusão ampliada para a Educação Física escolar, que considera as exclusões por meio de opressões e discriminações que envolvem o gênero, a raça e a classe social, não somente pelo marcador da deficiência. Isso posto, optamos por apresentar as reflexões que destacam a práxis dos(as) professores(as) dos Institutos Federais com a presença direta e indireta de um trabalho com princípios interseccionais.

Para isso, entrevistamos 11 professores(as) de Educação Física, sendo três educadores(as) do centro-oeste e dois das demais regiões brasileiras. As entrevistas ocorreram de forma virtual por meio do *Google Meet* entre os meses de outubro de 2022 a fevereiro de 2023. Utilizamos a amostra intencional típica para selecionar os(as) docentes, que foram compostos por oito mulheres e três homens (Flick, 2004).

Foram utilizados como critérios de inclusão para a seleção dos(as) professores(as): (a) possuir vínculo efetivo com a instituição de ensino e (b) apresentar experiência no currículo com trabalhos desenvolvidos na área da inclusão numa perspectiva crítica. Enquanto critérios de exclusão foram adotados: (a) não lecionar em turmas do Ensino Médio e (b) não ter experiência mínima de três anos de atuação na função.

Esta pesquisa está amparada sobre as definições de análise temática apontadas por Braun e Clarke (2006). Essa técnica de análise qualitativa consiste em identificar, analisar, interpretar e relatar temas em busca de padrões significativos (Souza, 2019). A sua utilização possibilita a compreensão de questões específicas sobre a pesquisa que são importantes para o entendimento do problema, mas não necessariamente precisam aparecer de forma constante e repetitiva na fala dos(as) colaboradores(as) (Silva; Borges, 2017). Para não expor o nome dos(as) participantes da investigação, utilizamos os pseudônimos (P1, P2, P3...).

O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) sob o número 5.639.757.





RESULTADOS

Inicialmente apontamos na literatura a presença de um conjunto de produções acadêmicas que versam sobre as temáticas em discussão. Em seguida, efetivamos a técnica de análise temática sobre o material empírico obtido por meio das entrevistas, identificando dois temas centrais a serem problematizados: Compreendendo as realidades opressoras a partir da Educação Física escolar: a interseccionalidade como práxis crítica; e Intersecções de gênero, raça, classe social e deficiência na práxis dos(as) professores(as) de Educação Física nos Institutos Federais.

Como a produção do conhecimento tem discutido os marcadores socioculturais nas aulas de Educação Física escolar?

Em relação à Educação Física escolar enquanto componente do currículo, percebemos avanços nos últimos anos com a produção de conhecimentos contra hegemônicos que evidenciam a ampliação acadêmica e o desenvolvimento de práticas político-pedagógicas relacionadas às questões de gênero, raça, deficiência e classe social produzidos por professores e professoras que atuam na Educação Básica e no Ensino Superior.

Dentre essas produções destacamos alguns livros: “O professor diante das relações de gênero na Educação Física escolar” (Corsino; Auad, 2012), “Educação Física escolar e relações étnico-raciais: subsídios para a implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08” (Corsino; Conceição, 2016), “Professores e professoras progressistas do mundo, uni-vos!” (Maldonado, 2020), “Mulheres negras professoras de Educação Física” (Venâncio; Nobrega, 2020), “Educação Física escolar e Justiça Social: experiências curriculares na Educação Básica”, (Maldonado; Silva; Martins, 2022).

Outras produções apresentam a “Perspectiva Negra na Educação Física” (Nobrega, 2023), “Possibilidades de diversificação de conteúdos na perspectiva inclusiva: relatos de experiência na Educação Física escolar” (Fonseca; Silva; Santos, 2023), e “Educação Física no Ensino Médio: resistências e transgressões na prática político-pedagógica nos Institutos Federais” (Maldonado; Martins, 2023). Ademais, salientamos que um número expressivo de artigos acadêmicos sobre ações e problematizações que envolvem esses temas nas aulas de Educação Física escolar tem sido publicado na literatura especializada (Maldonado; Neira, 2022).





Todavia, notamos que em sua maioria, os manuscritos apresentam discussões particulares sobre essas temáticas e não tensionam com profundidade as relações que, estabelecidas por princípios interseccionais, podem favorecer nossos entendimentos sobre como as injustiças sociais afetam com mais intensidade determinados públicos. Pensar em como esses atravessamentos aparecem ou podem aparecer nas aulas de Educação Física pode minimizar as exclusões e tornar o espaço escolar mais inclusivo.

Gomes (2021) ressalta que a produção acadêmica educacional ainda é incipiente sobre investigações relacionadas com os marcadores socioculturais de classe social, raça, gênero e diversidade sexual na perspectiva de analisar como atuam de forma simultânea sobre a condição de existência de cada sujeito.

Como destacado por Auad e Corsino (2018), compreender raça, gênero, orientação sexual e classe social como categorias conectadas favorece na construção de ações a serem discutidas e desenvolvidas nos espaços escolares, sobretudo a partir das aulas de Educação Física. Assim, torna-se possível propiciar a visibilidade das desigualdades historicamente produzidas e reproduzidas por concepções que preconizavam o ensino desse componente curricular baseado por princípios biologizantes, provocando transgressões em contextos marcados pelo racismo, sexismo, capacitismo e patriarcado que inviabilizam determinadas relações com os saberes, rompendo com a estruturação de poder hierarquizada nesse espaço (Hooks, 2013; Venâncio; Corsino, 2022).

Para além desses princípios biologizantes que influenciaram diretamente o trato pedagógico e os discursos sobre os marcadores de gênero e sexualidade, outros propósitos foram estabelecidos para a Educação Física, como sua utilização para controle, vigilância e silenciamento de corpos, que atingiram grupos específicos devido a sua cor e classe social. Essas propostas tinham como propósito manter os sujeitos inconscientes sobre seu estado de subordinação e subalternização no trabalho, construindo um sujeito dócil aos ditames da sociedade capitalista. Por isso, defendemos a interseccionalidade como práxis crítica (Collins; Bilge, 2021), que nos auxilia a compreender todo o processo histórico de exclusão que permeia os diferentes marcadores.

A partir dessa realidade, notamos ações consistentes nos discursos e práticas político-pedagógicas dos(as) professores e professoras de Educação Física do presente estudo. Em diálogo com eles e elas, evidenciamos o trabalho de resistência que visa propiciar a





produção de identidades críticas e o fortalecimento dos movimentos que tensionam os saberes produzidos e reproduzidos nesses espaços.

Compreendendo as realidades opressoras a partir da Educação Física escolar: a interseccionalidade como práxis crítica

Destacamos que esses(as) professores e professoras realizam um trabalho ampliado com discussões que emergem da realidade dos(as) estudantes, apresentando temas de ensino que se cruzam com os marcadores socioculturais de gênero, raça, etnia, classe social e religiosidade, tendo como propósito aprofundar os debates sobre como esses atravessamentos formam as identidades desses sujeitos e marcam sua condição de existência. Bruno *et al.* (2022) enfatizam que as interseccionalidades entre os marcadores são importantes para identificarmos as relações de poder e, conseqüentemente, com os saberes.

Isso posto, evidenciamos no relato de P2 do Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT) sua preocupação com a formação de educandas no curso técnico de agropecuária sem perspectiva de atuação na área, tendo em vista a falta de espaço para a mulher nessa profissão. Ao analisarmos pelo contexto interseccional, torna-se ainda mais preocupante se levarmos em consideração as questões raciais e socioeconômicas dessas estudantes.

Eu falei para minha direção que eles tinham duas missões nessa reformulação de currículo: primeiro garantir o meu trabalho e minha área e o meu projeto pedagógico, segundo, garantir as discussões de gênero, de raça, que são tão importantes nessa perspectiva do técnico de agropecuária. Inclusive tem um trabalho sobre corpo e o técnico de agropecuária que eu fiz junto com um professor de Artes, bem legal. Como que as meninas não se enxergam com perspectiva profissional dentro dessa área, apesar de estarem cursando. O cara da fazenda vai me contratar, não vai contratar, ele vai contratar um homem, ele não vai contratar uma mulher. Então veja, estamos formando meninas como técnicas sem a real perspectiva de trabalho, de emprego ou sem acreditar que elas vão ser incluídas dentro desse mercado formativo (P2).

A preocupação da educadora nos alerta sobre as dificuldades que a mulher tem em angariar seu lugar em algumas profissões que ainda são predominantemente vistas como um espaço de atuação masculina, sendo desvalorizadas pelo pensamento machista impetrado e construído socialmente sobre algumas áreas de atuação. Essas dificuldades são construídas a partir de um discurso sexista que define espaços em que as mulheres podem ou não se fazer presente na sociedade. Hooks (2019b; 2023) enfatiza que a autossuficiência econômica é um fator primordial para que as mulheres possam ser livres e se contrapor à dominação masculina.





Alcançar essa autossuficiência em profissões ainda dominadas pelos homens é um cenário desafiador e requer uma luta constante por direitos e oportunidades. Por isso, é necessário criar ações afirmativas que garantam o espaço para essas profissionais, além de promover uma educação crítica aos(as) jovens, fazendo-os(as) entender que a intelectualidade dos sujeitos não pode ser definida por dispositivos de gênero, raça ou classe social. Collins e Bilge (2021) afirmam que ser crítico é atuar na reparação de problemas que surgem em situações de injustiças sociais.

Nesse sentido, observamos inquietações na narrativa de P6 do Instituto Federal de Rondônia (IFRO) quando destaca estar em uma região conservadora em que as mulheres sofrem com estereótipos machistas. O professor salienta que mesmo com a ampliação da conquista de espaço das pessoas do gênero feminino nas práticas corporais, ainda existe um contexto masculino ali determinado. Em uma experiência desenvolvida a partir do tema futebol nas aulas de Educação Física, percebeu que as meninas foram excluídas durante a realização dessa prática corporal. Esse fator foi propulsor para um debate amplo que possibilitou compreender a realidade social daquelas(as) estudantes.

Fim de semana, juntou família, fez não sei o quê, terminou de almoçar os meninos estão autorizados a vazar, vai andar de bicicleta, vai jogar bola, não vai fazer nada. Obrigação da mulherada é arrumar, lavar e organizar a parada toda e só depois desse processo inteiro é que elas estão autorizadas a fazer algumas coisas. E algumas o autorizado, é sentir que existe uma pressão para que todo esse ajeitamento das coisas do lar seja feito por elas e depois, elas podem fazer alguma coisa que as interessem. E foi muito interessante porque aquilo que os meninos estão sendo preconceituosos, não, eles estão só reproduzindo o que todos eles vivem no dia a dia. Março normalmente é celebrado, lembrado e enfim, não adianta nada se entregar uma flor se você não discute essa questão na sociedade e tudo mais (P6).

A partir de uma leitura interseccional sobre esses apontamentos, percebemos que determinados contextos familiares colaboram para a reprodução do patriarcado em nossa sociedade, pressupondo a construção de uma identidade feminina subalterna aos valores hegemônicos. Torres Santomé (2013) ressalta que é necessário revisar os papéis atribuídos à masculinidade dominante que força os(as) jovens a adotarem condutas que se dissociam dos discursos dos direitos humanos, cidadania e democracia nos tempos atuais.

No que concerne às relações com as práticas corporais nessa região, percebe-se o contato menos expressivo das meninas durante sua infância. Esse cenário pode impactar na construção identitária dessas jovens com o corpo e suas formas de expressão, que podem reverberar na exclusão ou autoexclusão dessas estudantes nas aulas de Educação Física.





Auad e Corsino (2018) afirmam que invisibilidade e dificuldades de toda ordem são desafios marcantes que meninas, mulheres e afrodescendentes enfrentam para experienciar as diferentes manifestações da cultura corporal. Diante disso, o debate sobre gênero precisa aparecer em toda e qualquer prática corporal nas aulas de Educação Física escolar (Lima; Maldonado, 2023). Por meio da interseccionalidade podem ser exploradas ações que envolvam perspectivas feministas, raciais, étnicas, religiosas e que levem esse debate para ambientes mais desiguais, conservadores e cristalizados.

Por isso, defendemos a necessidade de termos um espaço educacional que promova a justiça curricular, haja vista que a adoção dessa perspectiva se trata do resultado final de um conjunto de ações às quais possibilitam que todos(as) os(as) estudantes tenham seus saberes reconhecidos e problematizados no contexto educacional, acontecendo efetivamente a partir da análise dos conteúdos, objetivos, materiais curriculares, metodologias didáticas e modelos de organização de ensino que dialogam com o contexto social em evidência (Torres Santomé, 2013).

Nesse sentido, destacamos a transgressão de P4 do Instituto Federal do Ceará (IFCE), ao possibilitar a alteração das regras dos jogos nacionais realizados pelos Institutos Federais para que uma atleta transexual participasse dessa competição. Esse posicionamento crítico-político da educadora é crucial para superarmos discursos sexistas e transfóbicos que envolvem esses(as) participantes nas práticas corporais, excluindo-os(as) por motivos que se situam em fatores biológicos e retiram sua identidade social.

Tem uma realidade muito interessante que mesmo sendo nesse currículo esportivista foi um marcador interessantíssimo como uma assunção institucional no que tange às discussões sobre transexualidade. Foi daí que nós pudemos discutir, ainda que tenha sido gerado no contexto esportivista. Então é uma realidade que se põe no nosso contexto pedagógico. Os jogos internos passaram a assumir essa perspectiva de inclusão de uma atleta transexual iniciada pela Sacura [nome fictício] na equipe feminina de vôlei (P4).

Sob o tema em destaque, Maldonado e Costa (2023) analisaram as reportagens publicadas no Blog Dibradoras, jornal El País Brasil, revista Carta Capital e Portal Geledés a respeito da problemática, evidenciando um baixo quantitativo de reportagens sobre a participação de transexuais nas práticas corporais. Dentre as principais pautas foram observadas a dificuldade de aceitação e preconceito em times e federações esportivas, o que culmina na segregação desses(as) participantes no mundo dos esportes.





Sob a análise interseccional, as ações impactam transexuais de diferentes maneiras a partir de suas condições de existência. Nesse sentido, ser transexual, branca, sem deficiência e de classe média é diferente de ser transexual, negra, com deficiência e de classe baixa, assim como outros cruzamentos que podem ser feitos para exemplificar as diferenças existentes entre os sujeitos. Esses marcadores socioculturais influenciam no contato que essa pessoa pode ter com as práticas corporais ao longo da vida.

Apesar da baixa repercussão dessa temática pelas mídias sociais, destacamos que esses foram espaços que visaram promover ações que se posicionam a favor da inclusão desses sujeitos nas práticas corporais (Maldonado; Costa, 2023). Nesse sentido, oportunizar esse debate nas aulas de Educação Física escolar pode gerar a desconstrução do pensamento hegemônico instaurado na mentalidade dos(as) jovens e auxiliar no processo de equidade de oportunidades das pessoas transexuais, assim como demais grupos que são marginalizados e tem seu acesso impedido nas manifestações da cultura corporal.

Ao problematizarmos os marcadores de gênero e sexualidade trazidos nas experiências, podemos apontar que existe um motivo semelhante que dificulta o acesso às práticas corporais para as mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, haja vista que o padrão comparativo de rendimento é masculino, já que quando uma mulher quebra algum recorde e demonstra qualidade superior aos padrões heteronormativos tem sua sexualidade questionada. Isso acontece com o pensamento transpassado pelo dispositivo do gênero que aloca os(as) atletas homossexuais a uma condição secundária e a invisibilidade de transexuais no esporte de alto rendimento. Dessa forma, tentam impedir que esses sujeitos tenham seus direitos assegurados e sejam reconhecidos por suas qualidades atléticas (Prado; Ribeiro, 2016).

Destacamos que a produção acadêmica não tem dado a devida atenção à problemática em tela, afetando não somente as pessoas transexuais, mas toda comunidade LGBTQIAPN+. Polo, Olivar e Tavares (2022) ao realizarem uma revisão de escopo no *SciELO*, *Lilacs*, *SPORTDiscus* e *Scopus*, identificaram somente 14 artigos sobre práticas corporais e população LGBTQIAPN+ no Brasil. Os resultados mostraram que metade dessas produções surgiram a partir das relações de gênero, sexualidade e Educação Física escolar. Após a análise desses apontamentos percebeu-se que o(a) professor(a) de Educação Física reafirma as desigualdades e hierarquias identitárias entre os(as) educandos(as).

Auad e Corsino (2018) enfatizam que a falta de trabalho consistente e aprofundado que valorize as diferentes identidades, considere as relações de gênero, as múltiplas





orientações sexuais e as temáticas raciais, podem incorrer em situações de preconceito e discriminação no contexto escolar.

Desse modo, apresentamos educadores(as) que se posicionam politicamente frente a questões macro que vão além do contexto das aulas do componente curricular, gerando tensionamento e resistências que visam consolidar mudanças estruturais nesses espaços. Assim, consideramos que esses posicionamentos são favoráveis para uma organização do processo de ensino pautado na justiça curricular e social.

Intersecções de gênero, raça, classe social e deficiência na práxis dos(as) professores(as) de Educação Física nos Institutos Federais

Em contraste com os achados do estudo supracitado (Aua; Corsino, 2018), a presente pesquisa surge com reflexões iniciais a partir da prática político-pedagógica de professores(as) de Educação Física com ações que possibilitam desconstruir discursos hegemônicos por meio de intersecções que envolvem os diferentes marcadores socioculturais. Nesse interim, apresentamos respectivamente as experiências de P5 do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL) e P7 do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG)

A questão de gênero no esporte, por exemplo, eu problematizei porque as mulheres ganham menos, porque passa menos na televisão, vamos pensar por que isso. Vou trabalhando com essas questões de gênero e também trabalhei na pandemia pensando nas questões raciais. A questão do preconceito estava muito em alta, aquela discussão que chamaram um jogador de macaco. Então vamos discutir as questões de gênero nas práticas, durante as atividades físicas. Quando trabalhei com malabarismo, quem está no circo, quais pessoas são essas que vão para o circo [...]. Quem trabalha no circo, os filhos dos circenses estão na escola, quem é que acessa a escola, quantos chegam (P5).

No atletismo eu trago muito a questão de gênero, a gente vê o documentário da Aída do Santos, muito lindo, porque ela foi uma mulher que abriu muitas portas para todas as mulheres que vieram depois dela. Ela foi para as olimpíadas de Tóquio contra tudo e contra todos. Falamos também da Terezinha Guilhermina, que é uma atleta cega, participou das paralímpias, ela é de Betim do município em que trabalho. A partir do atletismo a gente trabalha a questão da mulher, de gênero, da deficiência física e visual (P7).

Identificamos o comprometimento das professoras ao perpassar por debates interseccionais que envolvem classe, deficiência, gênero e raça. Dessa forma, afirmamos a necessidade de sistematizar abordagens que proponham intervir em condutas racistas, sexistas





e elitistas que envolvam as práticas corporais, sejam elas institucionalizadas ou não (Aquad; Corsino, 2018; Corsino, 2015).

Vale ressaltar o trabalho desenvolvido por P1 do IFCE, com os temas da dança e dos futebóis, no qual o educador desconstrói estereótipos sexistas sobre algumas práticas corporais, debate sobre a objetificação do corpo da mulher e seu espaço nas manifestações da cultura corporal, apresenta a desvalorização salarial e a falta de infraestrutura no futebol de mulheres, e destaca atletas brasileiras que lutam por visibilidade nesse esporte.

[...] e quando chegam os futebóis não é o futsal que eles esperavam, mas eles apoiam. Na primeira aula é uma aula de futebol de mulheres, é importante a Educação Física se comprometer. Então eles vão saber que é a senhora Miraildes que é conhecida como Formiga, que era para ser muito mais aclamada que outros jogadores que vão estar na copa. Eles vão entender que nos EUA em 2019 houve paridade salarial. E eu trabalho com eles o Futebol Callejero, que é uma experiência da Argentina, futebol de botão, futebol de prego. Isso para mim não pode ser oculto, tem que ser no currículo, e volto a dizer que esse espaço é de enfrentamento, se eu não fosse professor que tenho realmente essa postura e chego um dia do nada propondo isso a turma não aceita (P1).

Segundo Goellner (2021) romper com discursos, práticas e representações que acentuam o binarismo que normatizam os corpos, os gêneros e as sexualidades demandam um posicionamento político dos(as) professores(as). Para estruturar uma docência democrática e inclusiva é necessário tensionar as relações de poder sobre as práticas corporais que fundamentam as estruturas dominantes. Percebemos intencionalidade pedagógica de P1 ao problematizar as desigualdades que aparecem na falta de oportunidades, estrutura, visibilidade, reconhecimento e valorização das mulheres no esporte de alto rendimento a partir das relações de gênero e classe social.

Observamos esse processo de sistematização da práxis e a busca pela desconstrução de estereótipos nas experiências de P9 do IFMT, que ao abordar a temática das práticas corporais de aventura em uma perspectiva interseccional discute os marcadores de classe social, deficiência, gênero e raça. A educadora problematiza quem são as pessoas que conseguem ter acesso a essas manifestações, reflete se existem padrões corporais necessários para a realização dessas experiências e também a marginalização de alguns sujeitos a partir da escolha de determinadas vivências, como é possível observar no relato a seguir.

Eu tento sempre trazer as discussões, nem que for no momento em que nós vamos trabalhar, por exemplo, com práticas corporais de aventura. Eu sempre tento problematizar as questões com eles, até mesmo de acessibilidade, todo mundo consegue participar. Mas fomos discutir se o parkour é acessível para todo mundo, porque que uma pessoa que não tem aquela habilidade, não





tem o corpo de um atleta de parkour não pode fazer, e eram pessoas comuns que estavam fazendo. Nós trouxemos um pouco da questão de gênero, da sexualização do corpo feminino, das roupas, porque os homens podem usar tal uniforme e as meninas não, tem que usar aqueles collants, e os homens podem usar short. A gente e os próprios alunos trazem outras experiências. Quando fomos trabalhar com projeto do Surf com terceiro ano, os grupos trouxeram um pouco da cultura do surf, trouxeram as possibilidades dos homens e mulheres, como que era essas vestimentas e da cultura do surf, assim como no skate, tem esse preconceito com as pessoas praticantes, acham que eles são vagabundos, principalmente com os skatistas, que eles são marginais (P9).

Nesses registros evidenciamos um trabalho de resistência que problematiza questões relacionadas a imaginários e representações sociais sobre práticas culturais historicamente marginalizadas (Brandão, 2010). A exemplo disso, o skate preconiza a liberdade de movimento de grupos oprimidos de se fazerem presentes na sociedade. Todavia, somente a partir da esportivização da manifestação cultural e valorização desse produto no mercado capitalista, os sujeitos que eram caracterizados como marginais, passaram a ser identificados como esportistas, pessoas saudáveis, criativas e modernas.

A interseccionalidade nos auxilia a desvelar as relações de poder que envolvem cada uma das distintas manifestações corporais. Nesse sentido, podemos questionar quem são as pessoas que praticam o skate? Quais sujeitos conseguem acessá-lo? Existem mais pistas nos centros urbanos ou nas periferias? Quem são os grupos sociais com maior representatividade nessa manifestação? Como se dão as relações de gênero nessa prática corporal? Por que esses(as) praticantes são subjugados(as)? Essas inquietações surgem a partir de um olhar interseccional crítico para essa manifestação da cultura corporal e deve aparecer em todos os temas de ensino.

A partir da análise unificada de todos esses tensionamentos é plausível refletir sobre as situações de injustiças as quais alguns grupos sociais são submetidos, sendo possível identificar que o sistema capitalista é conivente com as exclusões e opressões sobre determinados públicos, alimentando as desigualdades sociais e fortalecendo a exploração de classe, o racismo e o sexismo (Collins; Bilge, 2021). Ao utilizarmos a interseccionalidade como ferramenta analítica conseguimos transgredir a lógica hegemônica, patriarcal e conservadora, repensando em como as relações de gênero, sexualidade, classe, raça, idade e religiosidade podem influenciar no acesso e permanência dos sujeitos nas práticas corporais.

Sob essa conjuntura, destacamos o trabalho de P4 do IFCE, ao discutir temas como esporte e gênero, políticas públicas, esportes e financiamento, as relações com os





objetos de lazer e esporte, a cartografia desses espaços, o acesso da comunidade e quais pessoas conseguem acessá-los. De acordo com a educadora, essas tematizações ajudam a pensar uma formação humana e política, entendendo a Educação Física como um componente curricular que colabora com o processo social de transformação do sujeito para atuar na sociedade.

Até então, observamos práticas político-pedagógicas interseccionais em busca da produção de identidades críticas fortalecendo os movimentos de resistência. Bruno *et al.*, (2022) retratam a necessidade de promover a criticidade nos(as) estudantes para lutar contra as opressões de todas as ordens, sendo necessário reafirmar os saberes históricos, sociais e culturais das populações negras, indígenas e quilombolas, reconhecendo as interseccionalidades presentes sobre a condição de existência de cada grupo social e sujeitos de forma individual. Destacamos algumas experiências mencionadas por P2 do IFMT que caminham nesse sentido.

Quando você via, por exemplo, eles trazendo o conceito teórico, tive aluno citando Ângela Davis, citando um monte de gente bacana do movimento negro. Eu ficava assim, caraca onde vocês foram estudar essas coisas, muito legal. Eles trouxeram o caso das meninas da ginástica dos Estados Unidos que por anos foram abusadas, o caso do Diego Hypólito, eles foram trazendo casos de racismo, caso de homofobia. Apresentaram para mim o Observatório do racismo no futebol. Eles foram entrando e no fim eles foram conhecendo os movimentos que fazem essa resistência, esse enfrentamento. Então foi muito legal, é uma discussão mais na perspectiva social, das questões sociais, mas também era um exercício de todo mundo ir se apropriando daquele conhecimento dentro da Educação Física (P2).

Como podemos observar, a professora adota um posicionamento político (Freire, 2021; Hooks, 2019b) de contextualizar as práticas corporais junto com os marcadores sociais, aprofundando discussões sobre o abuso, a homofobia e o racismo nos esportes, assim como apresenta movimentos e organizações de resistência que existem contra essas manifestações de ódio. Percebemos que as aulas de Educação Física ministradas pela professora potencializam essas discussões mais amplas que envolvem toda a sociedade, devido sua postura de combate contra as diferentes formas de injustiças sociais.

Collins e Bilge (2021) salientam que pela lente da interseccionalidade é possível compreender que as desigualdades sociais são causadas por diferentes fatores para além de raça e classe, como abordado pela educadora em sua práxis. Por fim, Akotirene (2022) destaca que por meio da interseccionalidade é possível que os sujeitos reconheçam os processos de





opressão e exclusão que são submetidos, bem como perceber se contribuem e acentuam as violências que lhes são impostas.

Destacamos que as evidências apresentadas aqui nos mostram um cenário em que o processo inclusivo está sendo pensado por meio da interseccionalidade em diálogo com os marcadores socioculturais, ampliando as possibilidades de visualizar a inclusão pautada nos direitos humanos, no reconhecimento dos sistemas de opressão, nas intervenções, na garantia do acesso e permanência na educação, na consolidação de um espaço democrático que contemple os saberes de todos os indivíduos e na efetivação de aulas de Educação Física que proporcionem posicionamentos críticos dos(as) estudantes contra desigualdades de gênero, raça e classe social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciamos que os(as) professores(as) participantes dessa investigação atuam de forma crítica e politizada para que o processo inclusivo possa acontecer na escola. Existe também um posicionamento que repercute no cotidiano desses sujeitos, ampliando a ideia de inclusão como um conceito que precisa ser disseminado e adotado em todos os âmbitos da sociedade.

Todavia, não podemos esquecer que a aproximação dos grupos oprimidos e subjugados se torna fundamental para a conquista de seus objetivos. Dessa forma, a interseccionalidade busca a união desses indivíduos em benefício da luta coletiva pelo direito de todos e todas, exigindo que o posicionamento crítico dos sujeitos se transforme em uma práxis para que efetivamente a justiça social e curricular possa ser alcançada.

Observamos por meio de suas práticas político-pedagógicas que esses(as) docentes associam a inclusão aos marcadores socioculturais e ampliam o debate para que grupos que foram oprimidos e tiveram sua participação invisibilizada na escola possam se fazer presentes e ouvidos, tais como negros(as), mulheres, indígenas, quilombolas, ribeirinhos(as), pessoas LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, dentro outros grupos sociais, promovendo a justiça curricular no contexto escolar.

Notamos que esse grupo de professores e professoras indiretamente trazem o conceito de interseccionalidade imersos aos marcadores socioculturais. Isso acontece quando esses(as) educadores(as) ministram aulas de danças, ginástica, parkour, surfe, skate, futebol de mulheres, futebol callejero e trazem discussões que interseccionam gênero, classe social, raça,





deficiência e sexualidade de forma integrada, ressaltando que esses marcadores unificados concebem a condição de existência de cada sujeito como ser único que precisa ser entendido a partir de suas necessidades e especificidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2022.

AUAD, Daniela; CORSINO, Luciano. Feminismos, interseccionalidades e consubstancialidades na Educação Física Escolar. **Revista estudos feministas**, v. 26, p. 1-13, 2018.

BRANDÃO, Leonardo. Esportes de ação: notas para uma pesquisa acadêmica. **Revista brasileira de ciências do esporte**, v. 32, p. 59-73, 2010.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative research in psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

BRUNO, Brena Dias *et al.* A relação com o saber e as interseccionalidades: diálogos (auto) formativos por uma Educação Física da (re)existência. **Cenas educacionais**, v. 5, p.1-31, 2022.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORSINO, Luciano Nascimento; AUAD, Daniela. **O professor diante das relações de gênero na educação física escolar**. São Paulo: Cortez, 2012.

CORSINO, Luciano Nascimento; CONCEIÇÃO, Willian Lazaretti. **Educação física escolar e relações étnico-raciais**: subsídios para a implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08. Curitiba, PR: CRV, 2016.

CORSINO, Luciano Nascimento. Raça, gênero e a lei 10.639/03 no âmbito da educação física escolar: percepções docentes. **Revista interinstitucional artes de educar**, v. 1, n. 2, p. 247-262, 2015.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2004.

FONSECA, Michele Pereira de Souza; SILVA, Samara; SANTOS, Maria Luíza Mendes. **Possibilidades de diversificação de conteúdos na perspectiva inclusiva**: relatos de experiência na educação física escolar. Rio de Janeiro: Autografia, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Corpos, gêneros e sexualidades: em defesa do direito das mulheres ao esporte. **Revista do centro de pesquisa e formação**, n. 13, p. 99-112, 2021.





GOMES, Nilma Lino. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. **Revista de filosofia aurora**, v. 33, n. 59, p. 435-454, 2021.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

HOOKS, Bell. **Teoria Feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019a.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019b.

LIMA, Ana Clara Bissoli de; MALDONADO, Daniel Teixeira. Cultura corporal, relações de gênero e educação física escolar: análise das publicações realizadas no blog Dibradoras. **Cenas Educacionais**, v. 6, p. 1-30, 2023.

MALDONADO, Daniel Teixeira. **Professores e professoras progressistas do mundo uni-vos!**. Curitiba, PR: CRV, 2020.

MALDONADO, Daniel Teixeira; COSTA, Ana Lara Marcelo. Participação de transexuais nas práticas corporais: problematizações potentes para a educação física escolar. **Revista de educação popular**, v. 22, n. 1, p. 171-195, 2023.

MALDONADO, Daniel Teixeira; MARTINS, Raphaell Moreira. **Educação física no ensino médio**: resistências e transgressões na prática político-pedagógica nos Institutos Federais. Florianópolis, SC: Tribo da Ilha, 2023.

MALDONADO, Daniel Teixeira; NEIRA, Marcos Garcia. Resistências e transgressões na prática político-pedagógica da educação física. **Currículo sem fronteiras**, v. 22, p. 1-31, 2022.

MALDONADO, Daniel Teixeira; SILVA, Maria Eleni Henrique da; MARTINS, Raphaell Moreira. **Educação física escolar e justiça social**: experiencias curriculares na educação básica. Curitiba, PR: CRV, 2022.

MOLINA NETO, Vicente; MOLINA, Rosane Kreuzburg. Pesquisa qualitativa em educação física escolar: a experiência do F3P-EFICE. MOLINA NETO, Vicente; BOSSLE, Fabiano (Orgs.). In: **O ofício de ensinar e pesquisar na educação física escolar**. Porto Alegre, RS: Sulina, 2010.

NOBREGA, Carolina Cristina dos Santos. **Perspectiva negra na Educação Física**. São Paulo: Casa Flutuante, 2023.

PRADO, Vagner Matias do; RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Escola, homossexualidades e homofobia: rememorando experiências na educação física escolar. **Reflexão e ação**, v. 24, n. 1, p. 97-114, 2016.

POLO, Maria Clara Elias; OLIVAR, Jose Miguel Nieto; TAVARES, Giselle Helena. Práticas corporais e população LGBTI+ na educação física: uma revisão de escopo. **Conexões**, v. 20, p. 1-23, 2022.





SILVA, Cátia Cândido de; BORGES, Fabrícia Teixeira. Análise temática dialógica como método de análise de dados verbais em pesquisas qualitativas. **Linhas críticas**, v. 23, n. 51, p. 245-267, 2017.

SOUZA, Luciana Karine de. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a análise temática. **Arquivos brasileiros de psicologia**, v. 71, n. 2, p. 51-67, 2019.

TORRES SANTOMÉ, Jurjo. **Currículo escolar e justiça social: o cavalo de troia da educação**. Porto Alegre, RS: Penso, 2013.

VENÂNCIO, Luciana; CORSINO, Luciano Nascimento. Interseccionalidades étnico-raciais, de gênero e relação com o saber. **Cenas educacionais**, v. 5, p. 1-8, 2022.

VENÂNCIO, Luciana; NOBREGA, Carolina Cristina dos Santos. **Mulheres negras professoras de educação física**. Curitiba, PR: CRV, 2020.

Dados do primeiro autor:

Email: luanjucaedf@gmail.com

Endereço: Rua Prefeito Raimundo Coimbra Filho, 273, Senador Paulo Guerra, Santa Maria da Boa Vista, PE, CEP: 56380-000, Brasil.

Recebido em: 19/01/2024

Aprovado em: 11/06/2024

Como citar este artigo:

JUCÁ, Luan Gonçalves; MONT ALVERNE, André Luis do Nascimento; MALDONADO, Daniel Teixeira. Interseccionalidade e justiça curricular: reflexões iniciais de um potente diálogo na busca pela inclusão nas aulas de educação física nos Institutos Federais. **Corpoconsciência**, v. 28, e.16995, p. 1-19, 2024.

